



História Unisinos

ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Jordão Knack, Eduardo Roberto
As comemorações do Centenário de Passo Fundo/RS e a campanha
para remoção da "zona do meretrício" nas páginas da imprensa
História Unisinos, vol. 23, núm. 1, 2019, -, pp. 67-72
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579865455012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UNISINOS
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

As comemorações do centenário de Passo Fundo/RS e a campanha para a remoção da “zona do meretrício” nas páginas da imprensa

The commemoration of the centenary of Passo Fundo/RS and the campaign to remove the “prostitution district” in the pages of the press

Eduardo Roberto Jordão Knack¹

eduardorjk@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho tem como principal objetivo demonstrar como as comemorações do centenário de Passo Fundo, que ocorreram em 1957, foram utilizadas como bastião de uma campanha empreendida pela imprensa local para a remoção da zona do meretrício, localizada em um espaço da área central do município. Em meio a um processo de redefinição do perfil da imprensa brasileira, os dois jornais da cidade se empenharam nessa campanha, funcionando como articuladores de interesses dos grupos envolvidos com a organização do centenário. Além de apresentar a pesquisa realizada em dois periódicos desde o início da década de 1950, que demonstram as estratégias utilizadas para concretizar essa remoção, o artigo também procura esclarecer uma confluência de interesses e de atores envolvidos tanto com a comissão organizadora das comemorações como com setores da política e da economia, particularmente agentes da especulação imobiliária. Dessa forma, objetiva-se revelar uma articulação de interesses de diferentes setores da sociedade que utilizaram as comemorações do centenário para justificar seus objetivos.

Palavras-chave: comemoração, imprensa, urbanização, meretrício.

Abstract: The present work aims to demonstrate how the commemorations of the centenary of Passo Fundo, that occurred in 1957, were used as a bastion of a campaign by the local press to remove the zone of the prostitution, located in the central area of the city. In the midst of a process of redefinition of the shape of the Brazilian press, the two newspapers of the city engaged in this campaign, acting as articulators of interests of the groups involved with the organization of the centenary. In addition to presenting the research in two newspapers since the beginning of the 1950s, which demonstrate the strategies used to accomplish that removal, the article also seeks to clarify a confluence of interests and actors involved both with the organizing committee of the celebrations and with political and economic sectors, particularly agents of real estate speculation. Thus, it aims to reveal an articulation of interests of different sectors of society that used the celebrations of the centenary to justify their goals.

Keywords: commemoration, press, urbanization, prostitution.

¹ UFPEL – PNPD CAPES. Rua Almirante Barroso, 1202, 96010-280, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

Considerações iniciais – Passo Fundo e seu centenário na imprensa

Passo Fundo está localizada ao norte do estado do Rio Grande do Sul. Sua fundação pode ser situada entre 1827-1828, com o estabelecimento de uma fazenda pastoril pelo miliciano conhecido como Cabo Neves (Miranda; Machado, 2005, p.22). Com a economia vinculada ao transporte de animais para outras regiões do país, a cidade só experimentou os primeiros impulsos do desenvolvimento urbano a partir da instalação da estrada de ferro em 1898. Com a ferrovia, a agricultura e as atividades industriais começam se desenvolver. Entre as décadas de 1920 e 1930 começam a nascer e crescer bairros mais afastados, como a Vila Rodrigues e a Petrópolis (Dal Moro *et al.*, 1998, p.94-95). A partir de 1950, a agroindústria local experimenta um processo de modernização e capitalização (Tedesco; Sander, 2005), o que impulsiona novos estabelecimentos industriais e comerciais na zona urbana. Gosch (2005, p.81) indica que entre 1940 e 1950 a população passou de 80 para mais de 100 mil habitantes. É nesse ímpeto de crescimento econômico e populacional que Passo Fundo comemora seu centenário. Os objetivos políticos e econômicos do município estavam voltados para a defesa da agroindústria (foi realizada uma festa nacional do trigo) e para a organização urbana (a partir do estabelecimento de um plano diretor) com o intuito de apresentar uma cidade capaz de receber investimentos regionais e nacionais.

As comemorações envolvem a (re)produção de memórias, de patrimonializações e de projetos políticos/econômicos. Representam, entre outros elementos, tentativas de afirmar experiências, valores e imaginários dentro do espaço urbano por parte dos grupos envolvidos em sua promoção. Dessa forma, o presente trabalho se situa em uma tendência de estudos que pode ser definida como história cultural da cidade (Leenhardt *et al.*, 2015), mais especificamente uma história das disputas, construções, representações e afirmações memorialísticas, políticas e econômicas na urbe. Nesse sentido, a cidade deve ser compreendida como “[...] uma realidade plural e polifônica, pois os diferentes sujeitos e grupos sociais se apossam

desse espaço” (Monteiro, 2006, p.20-21), estabelecem diferentes relações e sociabilidades que se encontram e se desencontram em suas ruas.

Concordando com Baczko (1991, p.31), toda cidade é, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais sobre o espaço, e as comemorações cívicas, especialmente nas datas que encerram um período, como aniversários municipais de 50 ou 100 anos, são vitais para legitimar projetos e visões que afetam a vida urbana. Para Namer (1999, p.175), as comemorações envolvem uma emoção particular que resulta da fusão entre passado e presente (o que abre as portas para ações futuras). É um momento em que o passado remoto invade o presente, mas não é só a anterioridade que caracteriza os atos de celebrar, pois o futuro também parece estar ao alcance das mãos. Um plano, seja ele econômico, político ou social, envolve imaginar um futuro, e, no caso de Passo Fundo, as comemorações envolveram, entre outros elementos, um planejamento urbano que ia ao encontro de interesses de empreendedores locais, muitos dos quais participaram ativamente na organização dos festejos desde o início de 1950.

A organização das comemorações do centenário de Passo Fundo esteve ao encargo do Centro de Estudos Pró-Centenário, fundado em 1954 (posteriormente se tornaria o Instituto Histórico de Passo Fundo). Participavam desse grupo políticos, intelectuais, jornalistas, entre outros sujeitos com poder decisivo na economia e na política local². Um dos articuladores era Jorge Cafruni (jornalista, escritor, editor de *O Nacional*), outro o prefeito na época (Daniel Dipp), bem como o futuro prefeito durante o ano do centenário (Wolmar Salton) – ambos do PTB. Setores da economia (comerciantes, industriais, serviços), do poder público (promotores, políticos, juizes) e do circuito cultural/intelectual local (advogados, jornalistas, fotógrafos, professores) se articularam para a promoção dos festejos do centenário. Além da celebração, outros interesses coincidiram no seio desse grupo durante a década de 1950. A pesquisa na imprensa passo-fundense revelou o uso das comemorações para defender interesses do mercado imobiliário local, que enxergava a zona do meretrício da cidade como um empecilho ao seu desenvolvimento.

Cabe tecer algumas considerações sobre a imprensa na cidade e no país durante essa década para compreender o tipo de jornalismo praticado naquele contexto, uma vez

² De acordo com os Documentos do Instituto Histórico de Passo Fundo, estes eram seus sócios-fundadores: Jorge Edethe Cafruni (jornalista); Pedro Silveira Avancini (advogado); Romulo Cardoso Teixeira (advogado); Pedro Pacheco (advogado); Aquelino Translatti (advogado); Gomerindo dos Reis (corretor); Deoclides Czamanski (fotógrafo); Raul Lima Langaro (comerciante); Reissoly José dos Santos (juiz de direito); Cesar Santos (médico); Daniel Dipp (advogado); Oswaldo Optiz (juiz de direito); João Bigois (juiz municipal); Ney Menna Barreto (advogado); Verdi de Cesaro (advogado); Celso da Cunha Fiori (advogado); Wolmar Salton (industrialista); Sady Machado da Silva (pastor metodista); Sabino Santos (professor); José Gomes (vigário); Jacob Stein (vigário-coadjutor); Pindaro Annes (proprietário); João Cony (ruralista); Aurelio Amaral (professor); Nilo Porto Silveira (comerciante); Italo Goron (promotor público); Ney Vaz da Silva (industrialista); Mauro Machado (advogado); Mucio de Castro (jornalista); Derly Lopes (radialista); Emilio da Silva Quadros (jornalista). (Documentos do Instituto Histórico, 1954). É importante reparar na formação profissional dos sócios; a maioria são advogados, contendo também médicos, jornalistas, professores, comerciantes, etc. Todas são profissões eminentemente urbanas. De uma forma geral, ou eram profissionais liberais, autônomos, ou proprietários de seus próprios negócios. Alguns ocupavam cargos públicos, como juizes e o promotor, outros ocupavam cargos políticos importantes, como vereadores e prefeito. Enfim, configuram um grupo urbano que constituía uma elite intelectual e política com influência nos rumos do planejamento econômico municipal.

que os jornais constituem a principal fonte desse artigo. Durante a década de 1950, a imprensa em Passo Fundo esteve polarizada entre dois jornais com posições políticas distintas – *O Nacional* e o *Diário da Manhã*. *O Nacional* foi fundado em 1925 e, na década de 1940, tornou-se propriedade de Múcio de Castro. Inicialmente assumiu uma postura política republicana, e expressou “posições nitidamente pró-trabalhismo durante toda a década de 1950” (Benvegnú, 2006, p.19). Inclinado ao trabalhismo, era simpático aos ideais do grupo que estava no poder durante as comemorações do centenário, o PTB. Em virtude desse posicionamento, *O Nacional* divulgou com maior entusiasmo e frequência notícias sobre as festividades do centenário e o trabalho das comissões envolvidas com sua organização, que continham membros do poder público dominado pelos trabalhistas.

O *Diário da Manhã*, que pertencia ao jornalista Túlio Fontoura, teve, inicialmente, posição alinhada com o PRR e especialmente com Nicolau de Araujo Vergueiro, liderança desse partido na região. Quando Nicolau Vergueiro ingressou no PSD, o jornal assumiu “clara oposição ao trabalhismo e a Getúlio Vargas” (Benvegnú, 2006, p.19). Portanto, havia dois jornais que apresentavam, muitas vezes, diferentes percepções sobre acontecimentos, problemas e projetos políticos e econômicos para o município. No entanto, no que diz respeito à zona do meretrício passo-fundense ambos os periódicos defendiam a mesma posição, sustentada pelos mesmos argumentos, como veremos em seguida. É necessário esclarecer alguns pontos sobre a imprensa brasileira na década de 1950.

Para Abreu (2008, p.467), nesse momento, “a imprensa do país foi substituindo a tradição literária pelo jornalismo informativo e especializado. A imprensa foi abandonando o jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e de opinião.” De acordo com Meyrer (2008, p.14), esse momento marca “avanços dos meios de comunicação de massa – imprensa – rádio – televisão e cinema, características do processo de urbanização acelerada”. Essa transformação se acentua a partir da segunda metade de 1950:

No que tange especificamente ao desenvolvimento da imprensa brasileira, podemos dizer que é nos anos 50 que se consolidou o processo de transformações que já vinha sendo realizado desde a década anterior. O jornalismo teve que se adaptar às novas aspirações da população e do mercado. O crescente dinamismo da sociedade levava à necessidade de informações rápidas e facilmente digeríveis, e o aumento da concorrência estimulava inovações no setor (Meyrer, 2008, p.14).

Cohen (2011, p.104) identifica a “economia urbano-industrial” que começou seu processo de consolidação

na primeira metade do século XX como um dos elementos norteadores do crescimento e da diversificação do mercado editorial. Juntamente com a modernização técnica, essas mudanças promoveram uma ampliação no mercado leitor. Nesse contexto, foi necessário buscar outras formas de garantir as vendas e alcançar um lucro mais expressivo: “a questão do financiamento revelava-se decisivo. A publicidade e o sistema de venda de assinaturas procuravam garantir o empreendimento” (Cohen, 2011, p.105). Sem abandonar sua raiz política, oriunda de um jornalismo literário e opinativo, os periódicos foram paulatinamente assumindo um caráter cada vez mais empresarial.

Os jornais deixavam de ser mero instrumento partidário para se tornarem empresas, verdadeiros empreendimentos comerciais. Para melhor alcançar seus objetivos econômicos – o lucro – eram introduzidas inovações técnicas que melhoravam o aspecto gráfico, ampliando potencialidades comerciais para anunciantes e atraíam mais os leitores. “É nesse período que se dá a passagem, no Brasil, de um jornalismo literário, de opinião, para um jornalismo empresarial” (Meyrer, 2008, p.14). Em Passo Fundo, ainda era possível notar o cunho partidário dos dois diários que circulavam, mas essa passagem de um determinado tipo de jornalismo opinativo para um empresarial também é perceptível na década de 1950. As divergências políticas em diferentes questões marcavam os editoriais, reportagens e colunas, ao mesmo tempo que se reservava espaço para anunciantes e se buscavam assinaturas de um espectro amplo da população. Conforme Abreu (2008, p.470) indica,

Deve-se ressaltar também que até os anos 1960, quando a indústria de massa era incipiente, a imprensa podia ser considerada partidária. Embora os jornais não fossem sustentados por qualquer facção política, refletiam os interesses ideológicos dos partidos, faziam parte de uma imprensa que tinha uma concepção missionária de sua atividade.

Em relação às comemorações do centenário, é possível notar o engajamento dos periódicos, especialmente de *O Nacional*. Os jornais não se limitavam apenas a noticiar os eventos relativos ao planejamento das festividades, mas se posicionavam e buscavam, através de seu apelo ao público leitor, influenciar autoridades públicas envolvidas com a questão. Portanto, o “modelo norte-americano” de jornalismo objetivo e “impessoal da informação” (Abreu, 2008, p.467) ainda não havia substituído plenamente o jornalismo de opinião. Existia um interesse comercial, político e cultural da imprensa nas comemorações. Abreu (2008, p.468) afirma que “[...] a imprensa contava para sobreviver basicamente com: a

venta avulsa ou por assinatura, a publicidade comercial ou pública, empréstimos e privilégios públicos e apoio de grupos privados.”

Cohen (2011, p.111) observa que, nas relações entre jornalismo e literatura, imprensa e política, formaram-se “círculos de intelectuais dispostos a interferir nos destinos nacionais por meio da difusão de ideias”. Jornalistas, cronistas, escritores e políticos formaram um círculo em Passo Fundo com a disposição de interferir nas comemorações do centenário. Nesse sentido, também é possível notar um entrecruzamento da narrativa ficcional, literária com a histórica e jornalística e um imaginário progressista nos discursos da imprensa. Pesavento (2008, p.368) chama atenção para esses cruzamentos narrativos nos jornais:

E, sobretudo, falamos desta imprensa que se cria e se desenvolve nas cidades, com sua forma narrativa onde se aproximam e se misturam, talvez mais do que nos outros discursos entrecruzados, as referências do acontecido e do que se gostaria ver acontecer. Há, pois, que se levar em conta a característica ação dos jornais, estes agentes de difusão da notícia que recriam o mundo, no entrecruzamento entre o horizonte de expectativas de uma época e a poderosa capacidade dos periódicos de serem indutores e formadores de opinião.

A narrativa apresentada pela imprensa local noticiava, portanto, não apenas fatos relativos ao programa do centenário, mas também apresentava? uma visão daquilo que poderia acontecer. A cidade que aparecia no discurso da imprensa era aquela que se pretendia ver. Esse entrecruzamento do “acontecido e do que se gostaria ver acontecer” pode ser compreendido como um componente inerente da reprodução de imaginários urbanos, que ocorre sem atender, necessariamente, interesses políticos ou econômicos dos jornais envolvidos, mas nesse caso podem ser vislumbrados objetivos nessa recriação do mundo pela notícia. O jornal *O Nacional* (que contava com Jorge Cafruni como editor, um dos fundadores do Centro de Estudos Pró-Centenário) fazia intensa propaganda em prol da verticalização do centro urbano da cidade, elogiando iniciativas de outros integrantes do grupo que encabeçava a organização das comemorações do centenário municipal.

A aceleração da construção civil e a verticalização modificavam a paisagem urbana. Exemplo de obras promovidas em virtude do aquecimento do mercado imobiliário, do incremento das atividades comerciais e urbanas e da verticalização no município foi a construção do Cine-Hotel Consórcio em Passo Fundo. Além de ser um novo hotel, inaugurava um cinema. Como demons-

tra *O Nacional* (1957, p. 4), “está prosseguindo a obra de construção do alterado edifício do Cine-Hotel Consórcio de Passo Fundo, que deverá estar concluído neste ano do Centenario Municipal”. Era celebrado como um magnífico empreendimento que iria abrilhantar as comemorações de centenário. Apesar dos problemas gerados pela intensidade de construções e reformas, a verticalização e empreendimentos considerados modernos não deixavam de ser celebrados. As obras na Catedral, por exemplo, também eram motivo de entusiasmados elogios:

Dia a dia nota-se o progresso que vem alcançando o trabalho de construção final das obras da Catedral de Nossa Senhora Aparecida. As torres estão recebendo o acabamento final, despontando já magníficas e portentosas ensejando prever que será magestosa e imponente Catedral de Passo Fundo. A Comissão Pró-construção da Catedral não vem poupando esforços no sentido de apressar o andamento da obra, buscando ver concluída ao menos as torres e a parte frontal para os festejos do centenário (Diário da Manhã, 1957a, p.1).

Embora no ano de 1957 a apologia ao progresso e ao desenvolvimento urbano tenha sido intensa, os jornais locais se empenhavam nessa propaganda desde o início da década de 1950. As obras de modernização e embelezamento, somadas à construção e valorização imobiliária de edificações verticalizadas, apesar de causarem transtornos, com canteiros de obras, buracos, etc., eram vistas como sinal de progresso a ser celebrado durante o centenário. A imprensa estava articulada com interesses de empresários do mercado imobiliário. Aproveitava a proximidade com o centenário para fazer propaganda desse setor da economia local. Muitos desses agentes e investidores imobiliários inclusive participavam diretamente da organização das comemorações. Gomercindo dos Reis, por exemplo, recebia destaque do editorial de *O Nacional* pelos seus empreendimentos:

Passo Fundo precisa retemperar suas energias para enfrentar os grandes problemas que se lhe antolham, principalmente por se encontrar às portas o seu 1º Centenario. [...] Dai o interesse que tem tomado em todas as camadas conscientes, que despertam para a realidade, a iniciativa ousada do sr. Gomercindo dos Reis, que se lançou na louvável empreitada de construir um prédio de 15 andares, no centro de Passo Fundo (O Nacional, 1954a, p.3).

O editorial seguia citando comentários de Gomercindo dos Reis, que apresentava uma série de vantagens oferecidas pela Prefeitura e pelo Governo

do Estado para a construção do imóvel; por isso, a aquisição de um apartamento era estimulada tanto pelo seu proprietário como pelo jornal. Concluía o editorial, nas palavras de Gomercindo:

Com essas vantagens, a aquisição de um apartamento será um otimonegocio. O edificio é para ficar pronto no prazo de trinta meses... Seja patriota! Adquira um apartamento hoje mesmo! Coopere para as festas do Centenario, para a grandeza da nossa terra! Passo Fundo flutua e não sossobra! Para a frente! Para a frente! (O Nacional, 1954a, p.3).

A construção de um prédio de 15 andares era celebrada, especialmente por ser um empreendimento de um confrade de associações e de pesquisas históricas. Gomercindo dos Reis aproveitava o momento, o embalo dessa atmosfera progressista, e apresentava seu empreendimento pessoal como um gesto cívico, em prol da grandeza do município. Dessa forma, era dever “patriótico” adquirir um apartamento em um arranha-céu, que estava mudando o aspecto envelhecido da cidade para um cenário renovado, considerado moderno pelos sujeitos envolvidos na organização das comemorações do centenário. O primeiro centenário revelava-se, portanto, como um momento propício para a especulação imobiliária. Essa construção, além de um negócio, também foi explorada como forma de reconhecimento e prestígio pessoal de seu empreendedor, como destacou o editorial de *O Nacional*:

Benditos loucos! Eles são a voz que nos fala da grandeza do futuro, a voz do otimismo, do bem-estar, da justiça, da fraternidade e de tudo o que é belo e apreciável no mundo. Tudo o que a civilização conquistou até agora, em todos os ramos de atividade, é devido unicamente a esses pioneiros bravos, que se lançam destemidamente nos empreendimentos considerados difíceis ou impossíveis... (O Nacional, 1954a, p.3).

Gomercindo dos Reis era considerado exemplo de empreendedorismo, de um cidadão que trabalha em prol do progresso e do futuro da terra. De uma forma geral, essas iniciativas eram destacadas em função da visita de “forasteiros” durante o centenário. Assim, também era considerada louvável “a iniciativa dos Drs. Celso da Cunha Fiori, Verdi De Cesaro e Salim Buaes, que iniciaram a organização de um grande e moderno hotel na cidade, em condições de bem representar Passo Fundo, no seu progresso e desenvolvimento”. Tal como Gomercindo dos Reis, os dois primeiros nomes mencionados também participavam da organização das comemorações do centenário (*O Nacional*, 1954b, p.3). De acordo com

O Nacional, era graças a essas iniciativas que a “classe abastada” estava apoiando esses empreendimentos, com a “finalidade de embelezar Passo Fundo, dando-lhe uma aparência que se coadune com os avanços do seu progresso” (*O Nacional*, 1954b, p.3). Mas, em maio de 1954, *O Nacional* publicava um editorial com o título *O Marasmo Continua*:

O que existe até agora é apenas isso: iniciativa particular, do sr. Gomercindo dos Reis, para a construção de um edificio de 15 andares, enfrentando uma luta tremenda para vencer a inércia; outra iniciativa particular, dos Drs. Celso Fiori e Salim Buaes para a construção de um grande e moderno hotel; e, finalmente, um projeto de lei do sr. Lamaison Porto, no sentido de incentivar a construção de prédios alterosos em torno da praça Marechal Floriano. (O Nacional, 1954c, p.3).

Iniciativas privadas eram entendidas como civismo pelo jornal, e não apenas como empreendimentos que visavam ao lucro. Também era importante destacar a necessidade de embelezar e verticalizar o centro da cidade, em particular ao redor da praça Marechal Floriano. Essa necessidade de embelezamento e verticalização correspondia a uma busca pela modernização urbana. Esse imaginário de uma cidade moderna é gerado por uma atitude dos sujeitos e das sociedades com sua história, “[...] e a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado” (Le Goff, 2003, p.175). Berman (1986) caracteriza a modernidade como uma experiência de tempo e espaço marcada pela mudança constante, tanto de bens de consumo como de relações sociais, políticas e econômicas, e pela aceleração do ritmo de vida – a desintegração dos sólidos pela fluidez (Bauman, 2001).

No entanto, as transformações que ocorriam no espaço urbano de Passo Fundo coincidem com o que Bauman (2001, p.21) identificou como “estágio sólido da modernidade”, um momento onde o moderno era encarnado pelo volume, pelas construções verticais, pelas grandes indústrias e maquinários. Ainda não configurava plenamente a modernidade do “tempo líquido”, ou a “supermodernidade” (Augé, 2012). Tratava-se de fazer ver o desenvolvimento econômico, a industrialização e a organização urbana durante o centenário para afirmar Passo Fundo como uma das cidades mais importantes do Rio Grande do Sul, apta a receber investimentos públicos e privados. O centenário ensejou toda essa propaganda que revelava interesses econômicos locais, como no caso da campanha pela remoção da zona do meretrício de uma área que passou a integrar o centro do município.

A remoção da zona do meretrício

Com o objetivo de ordenar a cidade, e devido ao crescimento da área central, alguns espaços e sociabilidades entravam em choque com o imaginário progressista que dominava as comemorações do centenário, como demonstra a coluna do *Diário da Manhã* sobre a remoção da zona do meretrício do centro. Bartrons (2015, p.32), comentando sobre os imaginários que as “casas de tolerância” despertaram em Buenos Aires, demonstra como a instalação dos bordéis está associada ao desenvolvimento urbano e aumento do trânsito de passageiros nas proximidades dos principais terminais ferroviários. Em Passo Fundo, a instalação da estrada de ferro, que ocorreu em 1898, trouxe substancial progresso para toda a região de abrangência do município ao longo das primeiras décadas do século XX. Não é possível precisar quando as casas noturnas se estabeleceram, mas elas estavam localizadas próximas à estação ferroviária, e certamente lucraram e adquiriram fama em função do trânsito de passageiros (Baggio; Meyrer, 2017, p.83) e do aumento populacional do período.

Assunto, sem dúvida, mais importante no momento, é o do deslocamento do meretrício do coração da cidade. [...] Em virtude da determinação das autoridades policiais, já se verifica em grande escala, não só que se efetiva o deslocamento como também retiram-se da cidade, em grande número, as meretrizes das ruas 15 de Novembro, da Moron, Independência e suas adjacências (Diário da Manhã, 1957b, p. 2).

Havia um debate, segundo notícia o *Diário da Manhã* na mesma reportagem, a respeito do deslocamento dessa zona para o bairro Petrópolis, mas alguns vereadores discordavam dessa proposta. São citadas outras municipalidades, como Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Maria, que removeram do “miolo da cidade” os estabelecimentos vinculados à prática do meretrício. De acordo com a reportagem, no caso de Passo Fundo, tal situação era agravada por esta zona ser próxima a uma escola, o Colégio Notre Dame, o que obrigava seus alunos a presenciar cenas não recomendáveis para sua idade. De qualquer forma, era consenso o fato de que se tratava de um atentado às famílias passo-fundenses e que o principal objetivo seria “simplesmente a sua deslocação da sala de visitas do centenário de Passo Fundo” (*Diário da Manhã*, 1957b, p. 2).

De acordo com o *Diário da Manhã*, a deslocação dos meretrícios gerava debates desde 1949, pois era

entendida como um dos fatores que entravava o desenvolvimento da cidade, por criar mal-estar para “os visitantes que, em grande número, aqui acorrem, atraídos pelas imensas facilidades econômicas que oferece, dada sua indústria e seu progresso sempre crescente”. Para *O Nacional* (1955a, p. 4), no ano de 1949 havia iniciado essa campanha de “extinção da atual zona do meretrício” com sua atuação. Em outra reportagem, *O Nacional* (1955b, p. 8) reproduziu artigo publicado em 1949, que, segundo os editores, teria sido o primeiro, intitulado “Uma verruga no nariz da cidade”. Tratado como assunto de polícia, a remoção foi executada a partir do constrangimento dos frequentadores do local, o que levou as “meretrizes, em parte impelidas pela necessidade e em parte compreendendo a situação” a abandonar a rua 15 de Novembro. *O Nacional* também se dedicava a essa campanha, com maior intensidade a partir de 1954, em virtude da aproximação do centenário, considerando aquele lugar um entrave para o crescimento urbano:

Numa de nossas edições da semana passada, focalizamos a necessidade de transferir a zona do meretrício para um local distante da cidade, tendo em vista, notadamente, que a referida zona vem estrangulando o crescimento natural da nossa “urbs”, enquanto as residências familiares e outras, notadamente comerciais e industriais, vão sendo obrigadas a se instalarem cada vez mais distantes do centro, alcançando a periferia da cidade, ou seja nos vários bairros existentes (O Nacional, 1954d, p. 5).

A década de 1950, como já afirmado anteriormente, assinala um momento de crescimento populacional que impulsionou uma série de atividades econômicas (comércio, indústria, prestação de serviços) e novas sociabilidades (cinemas, cafés, clubes, praças). Mas o espetáculo diurno é muito diferente do noturno: “os personagens da noite são outros” (Bresciani, 1989, p.12). Bresciani (1989, p.13) demonstra o impacto da “multidão noturna” nas visões urbanas de capitais europeias que encontravam a modernidade nas décadas finais do século XIX. Associado aos criminosos, golpistas e prostitutas, o mundo noturno revela a algazarra, a balbúrdia e a jogatina. Essa impressão da violência e do descontrole associado aos estabelecimentos de diversão noturna que circulou em visões literárias do urbano também pode ser observada na imprensa passo-fundense.

Assim, noticiava *O Nacional* os acontecimentos violentos que ocorriam naquele espaço, ressaltando a necessidade de harmonizar a vizinhança nas proximidades da “zona do meretrício”: “Tragédia na ‘zona do Meretrício’! Uma mulher teria posto termo à existência, utilizando-se

do revolver de um cabo da brigada militar” (O Nacional, 1955c, p. 1). Manchete de primeira página, a morte de Zulma Corrêa, que havia dado um tiro no próprio peito com o revólver de um policial, causava impacto e abria mais um ano de campanha contra a localização da boemia da cidade, chamada pela imprensa de “zona do meretrício”. Em outra reportagem, também se destacam a violência e o mau comportamento que se verificavam naquela parte do centro, de acordo com o olhar da imprensa: “Nova cena de sangue na ‘Zona!’ Uma meretriz golpeou outra com lamina de gilete, causando-lhe graves ferimentos no rosto” (O Nacional, 1955d, p.1).

Nascimento (2003, p. 41), em sua dissertação de mestrado (dedicada à análise da zona de meretrício de Passo Fundo entre 1939-1945), já havia notado o impacto do centenário na campanha da imprensa pela remoção desses grupos dos espaços próximos ao centro, em particular dos localizados na rua 15 de Novembro; no entanto, sua pesquisa esteve centrada em explorar uma documentação da década de 1940. O centenário passa a ser um elemento adicional no combate àquele espaço. As bandeiras da moralidade, dos bons costumes e da higienização são levantadas, mas não era esquecido o interesse da especulação imobiliária. Construir edificações em uma zona de casas noturnas e bordéis desvalorizava os investimentos, e o centro já começava a alcançar aquela região. Segue *O Nacional* com sua campanha: “Aplausos à campanha do Delegado de Polícia, em prol da moralidade. Necessária a mudança da zona do meretrício, em vista da proximidade das festas do Centenário” (O Nacional, 1955e, p. 4). Essa manchete era relativa ao fechamento de duas casas noturnas, “dancings”, por sua “imoralidade” extremada:

A imoralidade campeava ali de maneira a mais estre-mada e infrene, chegando ao ponto de os citados “dancings”, não satisfeitos com a frequencia das meretrizes, mandarem vir elementos da escoria porto-alegrense, dados ao homossexualismo, para melhor satisfazerem aos apetites dos enfermos sexuais e tarados de toda especie, transformando ditas casas em antros nauseabundos e infames. [...] Somos da opinião que a zona do meretrício deve sair da parte central da cidade, onde se localiza atualmente, isso tendo em vista a aproximação das festas do Centenario do Municipio, a fim de que tal nódoa não impressione mal a cidade, justamente quando todos os passofundenses procurarão causar a melhor impressão aos milhares de forasteiros que virão atraídos pelos festejos (O Nacional, 1955e, p. 4).

Constrangimento aos frequentadores dos locais foi uma estratégia utilizada, inclusive pela polícia. A aproximação do centenário tornava aquela situação mais

crítica aos olhos da imprensa. Abria-se a oportunidade para utilizar os festejos para a remoção de elementos indesejáveis nas habitações centrais e nas próprias comemorações a serem realizadas em 1957. “Impõem-se a extinção da atual ‘zona do meretrício’. Reclamações constantes das famílias– uma verdadeira chaga nas festas do Centenário que se aproximam” (O Nacional, 1955f, p. 4). Essa campanha incessante levou a imprensa a envolver demais cidadãos “ilustres” a comentar e apoiar a iniciativa, como Francisco Antonino Xavier e Oliveira, Aquelino Translati (vereador), entre outros que faziam parte das organizações pró-centenário. (O Nacional, 1955g, p. 4).

Extirpação do tumor maligno! Repetimos aqui que não descansaremos enquanto não for extirpado esse tumor maligno, que constitue uma fonte perene de escandalos, que entrava o progresso de Passo Fundo, formando um quisto, erguendo barreira intransponivel para o crescimento da cidade, pois vemos que as familias são obrigadas a fixar residencia em pontos cada vez mais afastados, enquanto o meretrício se encrava no centro e ostenta fôros de cidade... (O Nacional, 1955h, p. 4).

Seguia a reportagem: “certamente, as autoridades locais hão de avocar a grande honra de terem sido as pioneiras do saneamento moral da ‘Capital do Planalto’” (O Nacional, 1955h, p. 4). Arthur Süssensbach, integrante das comissões pró-festejos do centenário (autor do hino do centenário), também se manifesta nas páginas de *O Nacional* (1955i, p. 3) para “Acabar com a atual zona do meretrício”, uma “chaga para o centenário”, mas não defende sua extinção, apenas a remoção dos estabelecimentos da área central, pois “desde épocas as mais remotas que existem os chamados bordéis ou casas de meretrizes, por isso querer acabar com elas seria o maior absurdo”. Nesse sentido, como Bartrons (2015, p. 34-35) observou no caso das casas de prostituição em Buenos Aires, na verdade o foco da atenção não eram os crimes que ocorriam naquela zona, ou mesmo as ações e transações que ali aconteciam. O verdadeiro problema que envolvia a prostituição, a situação de precariedade social e econômica que aquelas pessoas enfrentavam, não era objeto de atenção. O que importava era afastar aqueles sujeitos das proximidades do centro, uma área altamente rentável.

Quando o delegado, em 1955, tentou proibir o funcionamento dos “dancings” ameaçando não renovar os alvarás dos estabelecimentos, alguns advogados entraram com uma ação contra tal medida, considerada arbitrária. *O Nacional* alertava a população para essa situação:

Fomos informados de que seriam impetrados mandados de segurança contra uma possível decisão do sr. Delegado

de Polícia, determinando o fechamento das casas que exploram o lenocínio, na chamada “zona da perdição”, ou “Rua do Pecado”, tão célebre já no Estado que constitui uma afronta à cidade e à efeméride cívica em que comemoramos o advento da República. É um direito, porque sempre há um artigo da lei para justificar, inclusive, as coisas mais absurdas (O Nacional, 1955j, p. 3).

O *Nacional*, segundo editorial, queria alertar os passo-fundenses para o fato de que, apesar da boa fé dos advogados, “nem sempre a boa intenção nos leva aos Céus” e de que o interesse em expulsar os “exploradores do lenocínio” do centro poderia não ser legal, mas era justo, segundo o jornal, batalhar para a expulsão desses estabelecimentos e de seus habitantes, pois, além de estarem associados a práticas imorais, constituíam um entrave para a urbanização. Esses espaços que compreendiam os “meretrícios”, parte da zona boêmia de Passo Fundo, sofreram com o processo de urbanização acelerado da primeira metade do século XX. Porém, não estava na pauta a expulsão desses estabelecimentos, apenas seu deslocamento, e o próprio poder público já pesquisava o novo local, que deveria ter

[...] condições adaptáveis humanas para a efetivação da localização do meretrício, comunicou-nos que já foi encontrada, pela comissão referida, um local por assim dizer ideal, apropriado, distante de casas familiares. Os proprietários dos terrenos, consultados, não só se prontificaram a colaborar na tarefa, como, ainda, vendê-los muito mais baratos dos que os já lotados nas proximidades, facilitando ao mesmo tempo outras particularidades que possam surgir quanto ao acesso de pagamentos, etc... (Diário da Manhã, 1957c, p. 1).

Não era condizente com a imagem de uma cidade progressista, de capital do Planalto Médio rio-grandense, uma “zona de meretrício” em pleno centro da cidade. Como Souza (2003, p. 72) adverte, “a transformação dos espaços” pode provocar alterações nas sensibilidades e/ou mudanças no comportamento, mas isso não significa que uma “transformação estrutural na sociedade” está em curso. A ofensa que representavam as prostitutas e as propostas de remoção não implicavam uma transformação moral, ou mesmo urbana, de amplo alcance. Evitava-se apenas mostrar um aspecto da cidade considerado desagradável, impróprio para um centro regional. De acordo com Nascimento (2003, p.43), “a cidade deu, de fato, espaço geográfico e físico aos prostíbulos, que usufruíam de um local delimitado e passaram a ter condições morais para existir”. Quando passou a interferir no imaginário progressista, que envolvia, entre outras coisas, uma expansão do mercado imobiliário, aquele espaço deixou de ser “moral”.

Os clientes desses locais passam a ser constrangidos com frequência para pressionar os proprietários desses estabelecimentos a aceitarem a proposta de mudança. Instalando-se em um local afastado, não iriam incomodar o andamento do comércio, dos negócios e a “boa vizinhança”. Ocorria uma tentativa de harmonizar a vizinhança, especialmente no centro, mas também em alguns bairros, tornando aquelas ruas próprias para a habitação de determinados grupos, que não eram aqueles vinculados à boemia e à prostituição:

Nada justifica mais a permanência de casas suspeitas dentro de zonas residenciais. Afora esse caso, e para conhecimento das autoridades, devemos registrar também que em outras zonas de núcleos familiares, como no Boqueirão e na Vila Exposição, ainda existem casas de tolerância, causando generalizado mal estar no seio dos moradores daqueles bairros. Já é tempo de buscar-se uma providência definitiva sobre o assunto, impedindo o funcionamento dessas casas em meio a residências familiares (Diário da Manhã, 1957d, p. 2).

Marins (2006, p.136) mostra que houve, por parte do poder público no Brasil, em diferentes capitais, tentativas de harmonizar vizinhanças, pois isso facilitava o conhecimento da “fisiologia urbana”, das “clivagens sociais altamente tensionadas” nessas cidades depois de uma grande concentração populacional ocorrida ainda nas primeiras décadas do período republicano. Tentativas de homogeneizar estavam associadas ao controle, ao ordenamento do espaço urbano, o que também favorecia a valorização de determinadas áreas em detrimento de outras. Park (1967, p. 34-35) entende o contato entre vizinhos como a base “para a mais simples e elementar forma de associação com que lidamos na organização da vida cidadina”.

Essa organização da vizinhança, que passa a influir inclusive nas decisões políticas, ocorre em muitos casos sem uma formalidade. Um “sentimento normal de vizinhança” (Park, 1967) acaba se formando entre moradores de uma localidade. Dessa forma, a questão da remoção da zona do meretrício deixa transparecer sentimentos de vizinhança distintos que estavam em choque. De um lado, havia todo um conjunto de trabalhadores das casas noturnas que conviveram, como vizinhos ao longo da primeira metade do século XX. Por outro lado, a cidade, ao avançar sobre aquele espaço, começou a formar outros grupos, uma vizinhança que não estava envolvida nas atividades noturnas. Ambos os elementos devem ser considerados nesse caso, tanto a formação de vizinhanças conflitantes, o que revela as “clivagens sociais”, como os interesses da especulação imobiliária.

Além da busca de harmonizar vizinhanças, é possível considerar a existência de interesses do mercado imobiliário em ocupar aquelas áreas, pois esse setor da economia estava aquecido naquele ano³. Em 1955, *O Nacional* (1955k, p. 3) rebatia em editorial os entraves para a mudança daqueles estabelecimentos: “a principal objeção à extinção dessa zona é a de que as casas de lenocínio, caso efetivada a medida, se espalharão pela cidade, enxameando os bairros e inclusive o centro, introduzindo-se nas áreas residenciais”. Citava como exemplo dessa ocorrência o Rio de Janeiro, Buenos Aires, São Paulo e Porto Alegre, mas afirmava que isso não iria acontecer em Passo Fundo por ser uma cidade pequena, onde todos estavam vigilantes. Para superar esse entrave e continuar crescendo, para afirmar-se como capital do planalto, era imprescindível remover aqueles habitantes da área central, em processo de crescente valorização imobiliária:

Qualquer local que esteja afastado do centro é julgado bom, desde que esteja distante de igrejas, escolas, clubes, etc. Não pode ficar no centro da cidade, como agora. O desenvolvimento da cidade impõe que seja extinta a atual zona, mormente agora que vamos comemorar, festivamente, o primeiro Centenário do nosso Município (O Nacional, 1955l, p. 3).

A mudança dos estabelecimentos não agradava moradores de bairros mais afastados do centro, como demonstra *O Nacional* ao publicar a carta de um membro da Associação dos Amigos do Boqueirão na reportagem (1955m, p. 4) intitulada: “Temerosa a população do Boqueirão! Entretanto, não há motivo para isso, visto que a localização será feita em ponto excuso”. Preocupava os habitantes do bairro mais antigo da cidade, agora cada vez mais afastado do centro comercial e expandindo suas fronteiras cada vez mais longe, que a “zona do meretrício” fosse instalada em suas proximidades. Porém, alertava o jornal que não havia motivos para temer, poisas casas noturnas não seriam estabelecidas em espaços habitados. *O Nacional* defendia de qualquer forma o afastamento das “casas de tolerância” do centro por isso, procurava acalmar os ânimos dos moradores de bairros tradicionais de Passo Fundo. A solução seria oferecer terrenos nos loteamentos mais afastados, mas isso também não agradava aos proprietários:

Surtem outros obstáculos: os proprietários de terras, nos arredores da cidade, que antes estavam demons-

trando boa vontade em ceder lote para a localização do meretrício, já se negam a fazê-lo, refletindo que isso importaria em desvalorização de suas terras (O Nacional, 1955n, p. 1).

O Nacional afirmava que sua campanha não iria esmorecer, pois, se as terras dos arrabaldes não podiam ser desvalorizadas, muito menos poderiam ser os terrenos e prédios da rua 15 de Novembro, que estavam no coração da cidade. A construção civil tinha interesse tanto no centro quanto nos novos loteamentos que estavam em processo de nascimento no município. Valorizar alguns espaços em detrimento de outros era complicado. De qualquer forma, prevaleceram os interesses no centro, e paulatinamente a região da rua 15 de Novembro foi perdendo sua aura de boemia. Conforme Nascimento aponta (2003, p. 47), existia ainda outra forma de segregação nesse processo de remoção da zona de meretrício, pois a imprensa se referia, de forma geral, à “baixa prostituição, ou seja, àquela que não envolvia prostituição de luxo, permitida às pessoas com posses financeiras superiores às da grande população”. Os estabelecimentos de luxo não apareciam nas reportagens dos jornais locais, possivelmente em função de sua seleta clientela. O intenso processo de verticalização, iniciado na década de 1950, mostrou-se extremamente lucrativo, multiplicando o valor dos terrenos para construção de prédios de moradia e/ou comerciais com vários andares. A concentração de casas de prostituição na rua 15 de Novembro não conseguiu resistir à força da especulação imobiliária.

Considerações finais

A partir de uma extensa pesquisa na imprensa de Passo Fundo foi possível demonstrar a intensa campanha para a remoção da zona do meretrício do centro da cidade. As comemorações do centenário impulsionaram esse combate, e, identificando os sujeitos que compunham a organização dos festejos, foi possível desvelar relações entre a comissão organizadora e agentes da especulação imobiliária do município na década de 1950. Essas relações foram possibilitadas pela circulação de indivíduos que, embora pertencessem a grupos sociais distintos (políticos, econômicos, intelectuais), encontraram-se na comissão pró-centenário. Opor-se aos ensejos da comemoração dos cem anos era algo impensável, e uma das bandeiras levantadas foi a moralização do centro, que caracterizava o rosto da cidade centenária.

³ Alguns empreendimentos noturnos não eram criticados. De acordo com o *Diário da Manhã*, Passo Fundo era uma cidade com intensa vida noturna, “no entanto, há muito que se vem fazendo sentir a falta de uma ‘boite’, de um ambiente verdadeiramente familiar”. Assim, noticiava sobre a inauguração de uma casa noturna, afirmando que “no ano de seu Centenário, um estabelecimento ‘chic’ e a altura de nossa cidade será um presente aos festejos de nosso Centenário” (*Diário da Manhã*, 1957e, p.2). Obviamente, não se tratava de uma casa de prostituição, mas de um espaço para sociedade e atividades aceitáveis para a imagem da cidade no seu centenário.

A imprensa ocupou papel central, tanto para pressionar o governo municipal no sentido de agilizar a organização das comemorações como para promover a campanha da remoção dos meretrícios. Em meio ao processo de redefinição do próprio perfil e papel da imprensa no Brasil, os jornais locais se empenharam em justificar a retirada dessas casas noturnas de uma região que apresentava valor imobiliário crescente, utilizando como bastião da campanha a proximidade do centenário. Como demonstrado, existia uma parceria concreta de alguns desses investidores com a imprensa, o que facilita chegar à hipótese de que ocorreu um alinhamento de interesses desses setores. As páginas dos periódicos locais também revelaram estratégias utilizadas por outros atores envolvidos na campanha de remoção, como prisões, constrangimento ao público que frequentava esses espaços e a comparação com outros centros urbanos, usados como exemplo da depravação provocada por essas casas.

Também foi possível observar que a existência da “zona do meretrício” em si não era questionada. As condições das pessoas envolvidas nessas atividades, sua saúde e segurança não foram alvo da preocupação dos sujeitos envolvidos na campanha. Sua preocupação era dirigida apenas ao local onde esses estabelecimentos estavam instalados. Sua preocupação com as “casas suspeitas” era o impacto que causariam na cidade que estava prestes a comemorar seus cem anos, atraindo os olhares de diferentes setores políticos e econômicos para o município. No entanto, o que ficou nas entrelinhas dessa campanha na imprensa foi justamente a valorização imobiliária da área e os interesses especulativos dos próprios componentes da organização do centenário. As comemorações foram um pretexto para varrer daquele espaço grupos que entravavam investimentos do capital especulativo e que não deveriam aparecer durante os festejos, embora sua existência, e até sua necessidade, não fosse negada pelos promotores dessa campanha.

Referências

- ABREU, A.A. 2008. As mudanças na imprensa brasileira: 1950-1970. In: I. LUSTOSA (org.), *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, p.467-480.
- AUGÉ, M. 2012. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 9ªed. Campinas, Papirus, 111 p.
- BACZKO, B. 1991. *Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 199 p.
- BAGGIO, B.T.; MEYRER, M.R. 2017. O que e quem reclama? A zona do meretrício de Passo Fundo (RS) no jornal O Nacional (1949-1955). *Licencia&facturas*, 5(2):83-97.
- BARTONS, H.C. 2015. El infame Paseo de Julio: Imaginarios prostibulares de Buenos Aires. In: M. SABUGO (dir.), *Metáforas en pugna: estudios sobre los imaginarios del habitar*. Buenos Aires, Diseño, p.31-44.
- BAUMAN, Z. 2001. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Zahar, 278 p.
- BENVEGNÚ, S.M. 2006. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967*. Passo Fundo, RS. Dissertação de Mestrado, Universidade de Passo Fundo, 261 p.
- BERMAN, M. 1986. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 360 p.
- BRESCIANI, M.S.M. 1989. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 127 p.
- COHEN, I.S. 2011. Diversificação e segmentação dos impressos. In: A.L. MARTINS; T.R. LUCA (org.), *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Contexto, p.103-130.
- DAL MORO, S.M. et al. 1998. Espaço urbano e escola na periferia um processo em construção. In: S.M. DAL MORO; R.M.L. KALIL; J.C. TEDESCO (org.), *Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo*. Passo Fundo, Edupf, p.88-102.
- DIÁRIO DA MANHÃ. 1957a. Obras na Catedral. Passo Fundo, 17 abr., p.1.
- DIÁRIO DA MANHÃ. 1957b. Coluna. Passo Fundo, 05 fev., p.2.
- DIÁRIO DA MANHÃ. 1957c. Coluna. Passo Fundo, 09 fev., p.1.
- DIÁRIO DA MANHÃ. 1957d. Editorial. Passo Fundo, 23 nov., p.2.
- DIÁRIO DA MANHÃ. 1957e. Editorial. Passo Fundo, 05 jun., p.2.
- DOCUMENTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO. 1954. Relação dos sócios fundadores do Instituto Histórico de Passo Fundo (Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo).
- GOSCH, L.R.M. 2005. Evolução urbana de Passo Fundo. In: A.P. WICKERT (org.), *Arquitetura e urbanismo em debate*. Passo Fundo, Ed. Universidade de Passo Fundo, p.75-96.
- LE GOFF, J. 2003. *História e memória*. 5ªed. Campinas, Editora da Unicamp, 541 p.
- LEENHARDT, J.; FIALHO, D.M.; SANTOS, N.M.W.; MONTEIRO, C.; DIMAS, A. (org.). 2015. *História cultural da cidade: homenagem a Sandra Jatahy Pesavento*. Porto Alegre, Marcavizual/PROPUR, 304 p.
- MARINS, P.C.G. 2006. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: N. SEVCENKO (org.), *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, vol.3, p.131-214.
- MEYRER, M.R. 2008. *Representações do desenvolvimento nas fotoreportagens da revista O Cruzeiro (1955-1957)*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 255 p.
- MIRANDA, F.B.S.; MACHADO, I.P. 2005. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro, MM Comunicação, 183 p.
- MONTEIRO, C. 2006. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 550 p.
- NAMER, G. 1999. La confiscation sociopolitique du besoin de commémorer. In: H. DOUGIER (org.), *Travail de mémoire 1914-1998: Une nécessité dans un siècle de violence*. Paris, Éditions Autrement, p.175-179.
- NASCIMENTO, M. 2003. *Prazer marginal e política alternativa: a zona de meretrício em Passo Fundo (1939-1945)*. Passo Fundo, RS. Dissertação de Mestrado, Universidade de Passo Fundo, 154 p.
- O NACIONAL. 1954a. Editorial. Passo Fundo, 17 abr., p.3.
- O NACIONAL. 1954b. Editorial. Passo Fundo, 19 abr., p.3.
- O NACIONAL. 1954c. Editorial: O marasmo continua. Passo Fundo, 06 maio, p.3.
- O NACIONAL. 1954d. Editorial. Passo Fundo, 15 abr., p.5.
- O NACIONAL. 1955a. Coluna. Passo Fundo, 05 fev., p.4.

- O NACIONAL. 1955b. Uma verruga no nariz da cidade. Passo Fundo, 18 fev., p.8.
- O NACIONAL. 1955c. Tragédia na “zona do meretrício”!. Passo Fundo, 13 jan., p.1.
- O NACIONAL. 1955d. Nova cena de sangue na “zona”!. Passo Fundo, 11 fev., p.1.
- O NACIONAL. 1955e. Aplausos à campanha do delegado de polícia. Passo Fundo, 4 fev., p.4.
- O NACIONAL. 1955f. Impõem-se a extinção da atual “zona do meretrício”. Passo Fundo, 05 fev., p.4.
- O NACIONAL. 1955g. Passo Fundo, 02 jul., p.4.
- O NACIONAL. 1955h. Reportagem. Passo Fundo, 08 fev., p.4.
- O NACIONAL. 1955i. Carta. Passo Fundo, 09 fev., p.3.
- O NACIONAL. 1955j. Editorial. Passo Fundo, 12 mar., p.3.
- O NACIONAL. 1955k. Editorial. Passo Fundo, 10 fev., p.2.
- O NACIONAL. 1955l. Editorial. Passo Fundo, 17 fev., p.3.
- O NACIONAL. 1955m. Carta. Passo Fundo, 19 fev., p.4.
- O NACIONAL. 1955n. Reportagem. Passo Fundo, 23 fev., p.1.
- O NACIONAL. 1957. Cine-Hotel Consorcio. Passo Fundo, 16 jan., p.4.
- PARK, R.E. 1967. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: O.G. VELHO (org.), *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p.29-72.
- PESAVENTO, S.J. 2008. Na contramão da vida: de onde a imprensa faz, da história, um folhetim. In: I. LUSTOSA (org.), *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, p.367-395.
- SOUZA, C.F. 2003. O espaço e a sensibilidade dos cidadãos. *Arqtexto*, (3-4):72-83.
- TEDESCO, J.C.; SANDER, R. 2005. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2ªed. Passo Fundo, UPF, 270 p.

Submetido: 20/01/2018

Aceito: 26/08/2018